



Tribunal Regional do Trabalho
15ª Região | Campinas

RELATÓRIO ANUAL

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

2024

Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Sustentabilidade,
Acessibilidade e Integridade



SUMÁRIO

- 3** Apresentação
- 5** Dimensão Gestão em Acessibilidade
- 7** Dimensão Acessibilidade em Serviços
- 13** Dimensão Acessibilidade Comunicacional
- 18** Dimensão Acessibilidade Tecnológica
- 21** Dimensão Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística



APRESENTAÇÃO

A acessibilidade e a inclusão são princípios fundamentais para assegurar a participação plena e igualitária de todas as pessoas na sociedade. Nos órgãos públicos, esses valores assumem um papel ainda mais relevante, pois asseguram que os serviços, espaços e informações estejam ao alcance de todos, especialmente das pessoas com deficiência. O compromisso com a acessibilidade vai além do cumprimento de normas: trata-se de promover um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais sejam continuamente eliminadas.

Com essa perspectiva, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que estabelece diretrizes para a acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário. A norma orienta os Tribunais na adoção de medidas para garantir que pessoas com deficiência tenham pleno acesso a instalações, serviços e informações, além de vedar qualquer forma de discriminação. Também determina a mensuração de avanços por meio de indicadores reunidos no Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, abrangendo cinco dimensões: gestão de acessibilidade e inclusão, acessibilidade em serviços, acessibilidade comunicacional, acessibilidade tecnológica e acessibilidade arquitetônica e urbanística.

Em 2024, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região intensificou suas ações voltadas à inclusão, investindo em capacitações, sensibilização e melhorias na infraestrutura para garantir maior acessibilidade, contribuindo para a construção de um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Desse modo, este Relatório apresenta um panorama das iniciativas desenvolvidas ao longo do ano, reforçando o compromisso do TRT-15 com a acessibilidade, a inclusão e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, destaca-se a contribuição para a redução das desigualdades (ODS 10) e a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas (ODS 16). Com isso, o Tribunal continua avançando na construção de um sistema de Justiça acessível a todos, assegurando, na prática, os princípios da igualdade e da dignidade.





DIMENSÃO: GESTÃO EM ACESSIBILIDADE

Indicadores de Acessibilidade e Inclusão

Quantidade de magistradas(os) com Deficiência	06
Quantidade de servidores(as) com Deficiência	125
Quantidade de servidores (as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	07
Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência	76
Quantidade de estagiárias(os) com deficiência	02
Quantidade de trabalhadores(as) terceirizados com deficiência	0
Quantidade de conciliadores(as) com deficiência	0
Quantidade de voluntários(as) com deficiência	0
Quantidade de aprendizes com deficiência	0



DIMENSÃO: GESTÃO EM ACESSIBILIDADE

Ações Realizadas

- Cadastro mantido pela Secretaria de Saúde sobre as pessoas com deficiência
- O TRT-15 passou a inserir os símbolos de acessibilidade em carteiras funcionais de servidores que solicitam, conforme Processo Administrativo nº 14105/2024, em atenção a Resolução CNJ nº 537, de 13 de dezembro de 2023.

Resultados Alcançados: A inserção dos símbolos de acessibilidade nas carteiras funcionais fortalece o reconhecimento institucional da diversidade e inclusão e contribui para a conscientização interna e externa sobre a importância da inclusão de servidores com deficiência.

Desafios enfrentados: Garantir a confidencialidade e autonomia dos servidores.





DIMENSÃO: ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Indicadores de Acessibilidade e Inclusão

Quantidade de servidores(as) com deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	43
Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	902
Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	03
Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	4350
Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.	32
Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	08
Quantidade Total de Gestores	476

Quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	308
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.	0
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	0
Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	02
Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	9
Ações de promoção da inclusão.	02
Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo.	10
Quantidade total de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em libras.	0



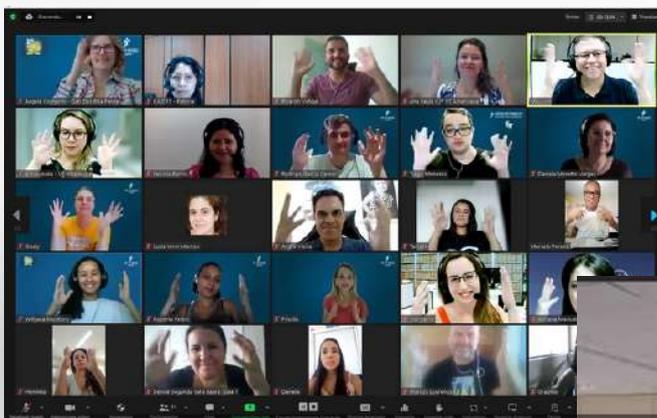
DIMENSÃO: ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

Ações Realizadas

- A Escola Judicial do TRT-15 ofereceu, no ano de 2024, um curso básico de Libras para servidores e terceirizados, com carga horária de 50 horas. Foram formadas duas turmas: uma no formato virtual, com aulas de 04 de março a 27 de maio, e outra presencial, com aulas de 05 de março a 28 de maio. Como atividade de encerramento do curso, houve a apresentação de uma música em Libras.

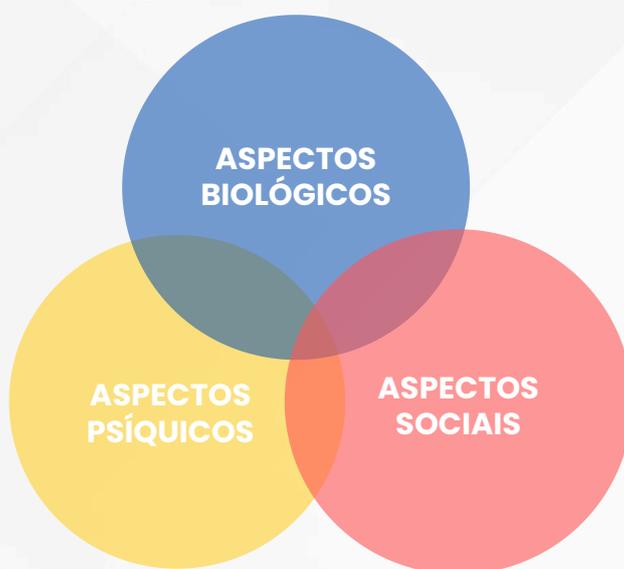
Resultados alcançados: 39 servidores e colaboradores terceirizados capacitados em Língua Brasileira de Sinais para atendimento ao público.

Desafios enfrentados: Identificar servidores interessados na aprendizagem de uma nova língua.



- **Cursos realizados por servidores da Secretaria de Saúde - PROAD 23621/2022**

No período de 4 a 8 de julho de 2022, a Secretaria de Saúde, em conjunto com a Escola Judicial, promoveu a realização do curso “Avaliação de Deficiência a partir do paradigma biopsicossocial: instrumentos de avaliação IFBRa”, com o objetivo de aperfeiçoar a capacitação dos médicos, fisioterapeutas e assistentes sociais deste Tribunal e de outros Regionais no que tange à avaliação do grau de deficiência. O curso foi ministrado pelas docentes Angélica de Oliveira Gonçalves, Perita Médica Federal, e Ana Paula Marques Loures, Assistente Social, ambas pertencentes aos quadros do Instituto Nacional do Seguro Social, Gerência Executiva Rio de Janeiro – Centro.



- **Cursos realizados por servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas**

PROAD nº 6299/2024: No período de 2 a 4 de abril de 2024, servidores do TRT-15 participaram do curso "Acompanhamento funcional de Pessoas com Deficiência"



ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA			
Período de inscrição até 25 de março de 2024	Formato Telepresencial, por meio da plataforma <i>Google Meet</i>	Público-alvo Servidores da Justiça do Trabalho que atuam nas áreas de gestão de pessoas, saúde, acessibilidade e inclusão.	Período do Curso 2 e 4 de abril de 2024, das 13h30 às 16h30

PROAD nº 12283/2024: No mês de junho de 2024, servidores do TRT-15 participaram do curso "Atendimento com Foco em Pessoas com Deficiência", realizado nos dias 18, 20, 25 e 27.



Atendimento com foco em pessoas com deficiência

Inscrição	Até o dia 7/6/2024, mediante o link https://forms.gle/iXq4FUjopEjv8N69 .
Formato	Telepresencial por meio da plataforma Google Meet
Período do Curso	Dias 18, 20, 25 e 27 de junho de 2024, das 9h00 às 12h00 (horário de Brasília).
Carga-Horária	12 horas-aula.
Público-Alvo	Servidores que atuam diretamente com atendimento ao público (interno ou externo) e que possuam perfil de multiplicadores de conhecimento.

- O Grupo de Trabalho "Balcão Visual" iniciou as atividades em 13 de março com encontros remotos e participação de quatro Regionais: TRT6, TRT7, TRT12 e TRT23, além do TRT15 que esteve à frente da iniciativa. Foram oito reuniões que objetivaram a replicação da ferramenta de atendimento *on-line* em Libras intitulada Balcão Visual, que faz a intermediação entre as línguas Portuguesa e a Libras, nos atendimentos e consultas relacionadas a prazo, andamento ou outras dúvidas processuais. O encerramento dos trabalhos se deu em 05 de julho, com o envio do relatório conclusivo ao CSJT.

Resultados alcançados: O Grupo de Trabalho "Balcão Visual" obteve resultados positivos significativos ao longo de suas atividades. Com a participação de quatro Regionais, além do TRT-15, que esteve à frente da iniciativa, foi possível expandir o atendimento acessível em Libras, garantindo uma melhor comunicação para pessoas surdas em relação aos processos judiciais.

Desafios enfrentados: A diversidade de realidades e infraestruturas de cada Regional exigiu um esforço para padronizar os processos e garantir que o Balcão Visual fosse implementado de forma eficiente em todos os locais.



- A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região promoveu um encontro virtual, na manhã da terça-feira (2/4), com o tema “O autismo é parte deste mundo, não um mundo à parte: diálogos sobre autismo”. Conduzido pelo desembargador Fábio Bueno de Aguiar, membro do Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação, o evento contou com a presença do presidente do TRT-15, desembargador Samuel Hugo Lima, que oficializou a adesão do Tribunal ao manual de atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), lançado em 2023 pelo Conselho Nacional de Justiça.



<https://trt15.jus.br/noticia/2024/trt-15-promove-dialogos-sobre-autismo-e-oficializa-adesao-ao-manual-de-atendimento>

Resultados alcançados: O encontro virtual promoveu um espaço de aprendizado e reflexão sobre a inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), e, ao oficializar a adesão ao manual de atendimento, o TRT-15 demonstrou seu compromisso em garantir a acessibilidade e a equidade no atendimento a esse público.

Desafios Enfrentados: Um dos desafios foi sensibilizar e capacitar todos os profissionais do Tribunal para as necessidades específicas de atendimento às pessoas com TEA, além de implementar e integrar as novas diretrizes de forma eficaz no cotidiano institucional.



DIMENSÃO: ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Indicadores de Acessibilidade e Inclusão

Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade.	08
Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	418
A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência? (X) sim, quais? () não Balcão Visual - Acessível em Libras	1
Quantidade de eventos total, presenciais ou a distância:	96
Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional	87
Proporção de eventos, presenciais ou à distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.	90,6%



DIMENSÃO: ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Ações Realizadas

- Vídeos produzidos com recursos de acessibilidade:

Art 4º, I, Uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras



29/07/2024 | 11h – Diálogos inovadores: Judiciário do Futuro: Práticas e Metodologias Inovadoras

Art 4º, I, Uso da Audiodescrição e da Subtitulação



XIX Congresso Rural* – 2023 – Solenidade de Abertura (com acessibilidade)

*Congresso realizado em 2023, mas com divulgação do conteúdo somente em 2024.

- **Matérias jornalísticas em formato acessível**

Descrição de imagem

JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas)

Institucional | Serviços | Notícias | Jurisprudência | Transparência | Legislação | Ouvidoria | Contato

TRT15 > Empresa deverá pagar indenização pelo transporte de cana-de-açúcar acima do limite legal

Empresa deverá pagar indenização pelo transporte de cana-de-açúcar acima do limite legal

A 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região condenou uma empresa a pagar indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 80 mil, pelo transporte de cana-de-açúcar acima dos limites de peso fixados na legislação de trânsito. A decisão foi proferida nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (processo n. 0011798-33.2022.5.15.0037), em que se pediu a condenação em obrigações de fazer e não fazer, com o intuito de coibir a prática do ato, capaz de colocar em risco a saúde e segurança dos trabalhadores e da coletividade em geral.

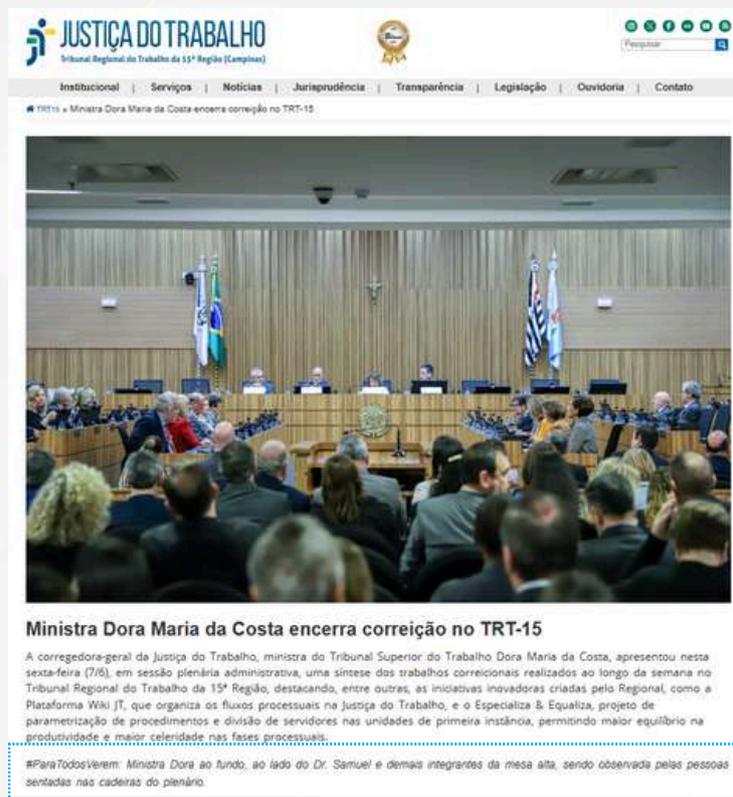
#ParaTodosVerem: Caminhão, com dois vagões cheios de cana-de-açúcar, viaja em uma estrada com o sol ao fundo.

Segundo consta nos autos, antes do ajuizamento da ACP, foi instaurado o Inquérito Civil n. 000290-2020.15.007/4-90, por meio do qual foram apuradas irregularidades no transporte da cana-de-açúcar de propriedade da empresa condenada que, na condição de tomadora dos serviços, mantinha "notória ingerência na logística organizacional da atividade, que coloca em risco a segurança dos trabalhadores que se ativam como motoristas canavieiros". A empresa não negou o transporte da cana-de-açúcar com peso superior ao fixado na lei, alegando, apenas, que a tonelagem estaria de acordo com os limites e especificações

<https://trt15.jus.br/noticia/2024/empresa-devera-pagar-indenizacao-pelo-transporte-de-cana-de-acucar-acima-do-limite>

- **Matérias jornalísticas em formato acessível**

Descrição de imagem



Resultados Alcançados: A adoção de matérias jornalísticas em formato acessível tem gerado importantes resultados, tanto no aspecto da inclusão quanto da ampliação do alcance das informações. Ao disponibilizar conteúdo em formatos como áudio, vídeo com legendas, transcrição ou versões em Libras, as instituições conseguem alcançar um público mais amplo, incluindo pessoas com deficiência auditiva, visual ou outras necessidades específicas. Esses formatos ajudam a garantir que todos possam acessar as informações de forma igualitária, promovendo a inclusão digital e a equidade no acesso à comunicação.

Desafios Enfrentados: Apesar dos avanços, existem desafios significativos na implementação de matérias jornalísticas acessíveis. Um dos principais obstáculos é o custo e a logística de adaptação dos conteúdos para diferentes formatos acessíveis. A produção de legendas, tradução para Libras, transcrição e criação de áudios de qualidade exige recursos financeiros e humanos, além de tempo.

• Ouvidoria

A Ouvidoria do TRT-15 oferece formas alternativas de comunicação para atender ao público com deficiência, assegurando inclusão e acessibilidade. As pessoas com deficiência podem ser atendidas presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, ou por meio do Balcão Visual, onde um intérprete de Libras faz a mediação da comunicação entre o usuário e a Ouvidoria, garantindo um atendimento mais eficiente e inclusivo.

A Ouvidoria também disponibiliza um formulário eletrônico, permitindo o envio de denúncias ou solicitações diversas, ampliando ainda mais as possibilidades de acesso aos serviços oferecidos.

Resultados alcançados: A Ouvidoria do TRT-15 tem assegurado maior acessibilidade para o público com deficiência. O Balcão Visual, que oferece atendimento remoto com a intermediação de um intérprete, tem se mostrado uma ferramenta eficaz para garantir que todos possam acessar os serviços, atendendo às necessidades específicas das pessoas com deficiência.

Desafios enfrentados: Apesar dos avanços, a presença do recurso Captcha no formulário eletrônico apresentou uma barreira tecnológica para pessoas com deficiência, especialmente aquelas com limitações visuais ou cognitivas. Esse recurso, amplamente utilizado como medida de segurança contra fraudes, acabou dificultando o acesso de uma parte do público. No entanto, o TRT-15 está trabalhando ativamente para resolver essa questão, por meio de estudos que buscam alternativas mais inclusivas e seguras para manter a integridade do sistema, o que está sendo tratado no Processo Administrativo nº 15449/2024.



DIMENSÃO: ACESSIBILIDADE TECNOLOGICA

Indicadores de Acessibilidade e Inclusão

O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

Sim, quais? Não

eMAG 3.1

O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?

programa leitor de tela

aplicativos associados a programas sintetizadores de voz

ferramenta de contraste

programa de ampliação de tela

outros programas

não fornece nenhum programa

O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?

sim, quais? não fornece nenhum programa

Monitores de 42", teclados com letras ampliadas, softwares de leitura e digitação.



DIMENSÃO: ACESSIBILIDADE TECNOLOGICA

Ações Realizadas

Preocupado com a Acessibilidade Digital, o TRT-15 encaminhou a todos os administradores das páginas do Tribunal uma cartilha abordando orientações quanto à publicação de conteúdos do Portal do TRT-15, tendo em vista as adequações no âmbito da acessibilidade digital.

Recentemente, foi incluído no Plano de Capacitação Anual da Instituição, a oferta de treinamento na temática da acessibilidade digital. Essa capacitação é de extrema importância, pois visa garantir que os conteúdos disponibilizados no site do Tribunal sejam acessíveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. A implementação de boas práticas de acessibilidade não só atende às exigências legais, como também reflete o compromisso do Tribunal com a inclusão e a equidade no acesso à informação.

Os critérios abordados na capacitação incluirão a aplicação das regras estabelecidas pelo e-MAG, como a eliminação de *links* do tipo “leia mais” ou “clique aqui”, o uso de fontes sem serifa, e a descrição de imagens de conteúdo. Além disso, será enfatizado o uso de alternativas acessíveis para vídeos, como legendas ou audiodescrição, a criação de conteúdos em formato HTML, a eliminação de elementos sensoriais para transmitir informações e a necessidade de garantir que documentos sejam compatíveis com softwares de leitura de tela. Esses critérios são essenciais para promover um ambiente digital inclusivo e acessível a todos.

Além disso, o Tribunal já está implementando o ASES (Auditoria de Acessibilidade de Sites e Sistemas), uma ferramenta que visa identificar e corrigir erros críticos relacionados à semântica da estrutura da páginas. O uso dessa ferramenta será uma etapa importante no processo de garantir que todas as páginas do *site* atendam aos padrões de acessibilidade estabelecidos, contribuindo para uma navegação mais inclusiva e eficiente.



Resultados Alcançados: A implementação de boas práticas, como o uso de fontes sem serifa, a descrição de imagens de conteúdo e a criação de alternativas acessíveis para vídeos, tem garantido que as informações sejam mais inclusivas. Além disso, a ferramenta ASES tem sido eficaz na identificação de erros críticos, permitindo ajustes contínuos na semântica e na estrutura do site, o que tem contribuído para uma navegação mais inclusiva e acessível.

Desafios Enfrentados: Apesar dos avanços, o Tribunal ainda enfrenta desafios importantes. A adaptação de todo o conteúdo histórico do site, que nem sempre segue os padrões de acessibilidade, tem sido um processo demorado. Além disso, a constante atualização das ferramentas, conteúdos e práticas de acessibilidade exige esforço contínuo para manter o site em conformidade com os padrões estabelecidos. Superar essas dificuldades é essencial para garantir que o Tribunal ofereça um ambiente digital verdadeiramente inclusivo.



DIMENSÃO: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

Indicadores de Acessibilidade e Inclusão

A acessibilidade arquitetônica e urbanística dos prédios do Poder Judiciário será mensurada de acordo com critérios previstos em normas técnicas pertinentes e nesta Resolução, mediante avaliação periódica quinquenal, a ser coordenada pelo CNJ, a partir do diagnóstico prévio previsto no art. 33 desta Resolução.

Ações Realizadas

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) tem demonstrado um compromisso contínuo com a promoção da acessibilidade em suas unidades, buscando garantir que todas as pessoas, independentemente de suas necessidades, possam usufruir plenamente dos serviços prestados. Diversas ações foram realizadas ao longo dos últimos anos, com foco na adequação e melhoria das instalações físicas para proporcionar um ambiente mais inclusivo e acessível.



Reserva de vaga para veículo utilizado por pessoa com deficiência na garagem do Edifício-Sede do TRT-15.

- **Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021**

Art. 4º, VII - a adoção de todas as normas técnicas de acessibilidade na construção, na reforma, na locação, na ampliação ou na mudança de uso de edificações, primando-se pela adoção do desenho universal e garantindo-se as adaptações razoáveis;

Ação	Status Atual	Comprovação
Mudança da Sede VT São Sebastião para prédio acessível	em andamento	PROAD 14206/2024
Projeto nova Sede FT Jaboticabal	em andamento	PROAD 34932/2023
Mudança da Sede FT Franca para prédio acessível	Inauguração em 16/08/24	PROAD 12343/2021
Mudança da Sede FT Araraquara para prédio acessível	Projeto de adaptação em andamento	PROAD 8778/2024
Mudança da Sede VT Tatuí para prédio acessível	Adaptações em fase de contratação	PROAD 8987/2024
Mudança da Sede VT Hortolândia para prédio acessível	Processo de locação em andamento	PROAD 23252/2021

- **Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021**

Art. 4º, VIII - adaptações arquitetônicas e urbanísticas, observados os limites de sua competência, que permitam a acessibilidade e a livre movimentação, com independência e segurança, da pessoa com deficiência, tais como rampas, elevadores, vagas de estacionamento próximas aos locais de atendimento e acesso facilitado para a circulação de transporte público nos locais dos postos de trabalho e atendimento ao público, tendo como referência as normas vigentes;

Ação	Status Atual	Comprovação
Intervenções para melhoria da acessibilidade no prédio FT Campinas	Projeto finalizado, em fase de contratação	PROAD 3008/2024
Intervenções para melhoria da acessibilidade no prédio FT Limeira	Projeto finalizado, em fase de contratação	PROAD 19778/2021
Intervenções para melhoria da acessibilidade no prédio FT Marília	Projeto em elaboração	PROAD 2573/2024
Instalações de corrimãos para acessibilidade no espaço do Plenário (Sede Judicial TRT-15.ª)	Serviço finalizado em junho/2024	PROAD 6032/2024
Instalação de elevador para acessibilidade VT Mococa	Em processo de licitação	PROAD 6032/2024
Intervenções para melhoria da acessibilidade no prédio VT Lins (torneiras acessíveis e porta automática)	Serviços concluídos	PROAD 7615/2024
Intervenções para melhoria da acessibilidade no prédio VT Lins (rampa interna)	Serviço concluído	PROAD 29687/2023
Adequações para melhoria da acessibilidade no prédio VT Porto Ferreira	Permanente	PROAD 11870/2021

- **Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021**

Art. 4º, IX – a adaptação de mobiliário adequado que atenda aos princípios do desenho universal e às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

Ação	Status Atual	Comprovação
Está em tramitação a aquisição de cadeiras para pessoas obesas, a fim de disponibilizá-las às unidades deste Regional.	Em andamento	PROAD 34919/2023
Aquisição de bebedouros com possibilidade de instalação em altura acessível a pessoas com deficiência, conforme informado no ETP da presente contratação, que indica que "O modelo (...) é o modelo instalado mediante fixação na parede, e, além de compatível com as instalações elétricas e hidráulicas já disponíveis nas unidades do Tribunal, permite a instalação em altura compatível com requisitos de acessibilidade, sendo que, alguns modelos do tipo "Torre", não tem essa possibilidade."	Em andamento	PROAD 11249/2024

Notícias

<https://trt15.jus.br/noticia/2024/trt-15-inaugura-nova-sede-do-forum-trabalhista-de-franca>

<https://trt15.jus.br/noticia/2024/trt-15-inaugura-novas-instalacoes-da-vara-do-trabalho-de-sao-sebastiao>

Resultados alcançados: Houve avanços significativos na criação de ambientes mais inclusivos, que atendem às necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Entre os resultados mais notáveis, destaca-se a adaptação de espaços físicos, como a instalação de elevadores acessíveis, banheiros adaptados e sinalização visual e tátil, garantindo que as pessoas possam circular com maior segurança e autonomia em espaços públicos e privados.

Desafios enfrentados: Apesar dos avanços, os desafios na área de acessibilidade arquitetônica e urbanística continuam significativos. A falta de recursos financeiros e orçamentários para realizar as adaptações necessárias em grande escala pode limitar o alcance das melhorias, especialmente em casos de restrições orçamentárias.

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Equipe Técnica de Elaboração

Iara Cristina Gomes
Helen da Silva Paes de Souza
Maurício Bonilha Orsi
Daniel Filgueira Granato

Capa e Diagramação

Maurício Bonilha Orsi
Daniel Filgueira Granato
Amanda de Mello Viali

**Assessoria de Gestão Estratégica
Coordenadoria de Sustentabilidade,
Acessibilidade e Integridade**



Contato

age.presidencia@trt15.jus.br